
Instituto Arredondar

***Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores
Instituto Arredondar

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Arredondar ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Instituto Arredondar

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

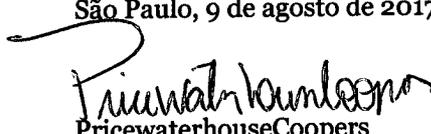
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

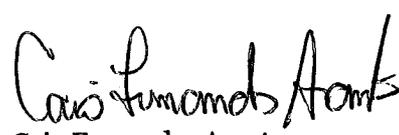


Instituto Arredondar

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de agosto de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Instituto Arredondar
Balço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

ATIVO		<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE	nota	717.727	149.264
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	606.893	97.627
CONTAS A RECEBER	5	107.229	40.557
OUTROS		3.605	11.080
NÃO CIRCULANTE	6	23.985	22.468
IMOBILIZADO		20.903	19.285
INTANGÍVEL		3.082	3.183
TOTAL DO ATIVO		741.712	171.732
PASSIVO		<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE	nota	249.965	220.648
FORNECEDORES	7	8.376	80.604
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	8	64.967	55.664
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	9	4.877	5.122
PROJETOS A EXECUTAR	10	171.745	79.258
NÃO CIRCULANTE		5.523	-
RECEITAS DIFERIDAS		5.523	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	11	486.224	(48.916)
DÉFICIT ACUMULADO		(48.916)	185.407
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO		535.140	(234.323)
TOTAL DO PASSIVO		741.712	171.732

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Instituto Arredondar
Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	nota	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas operacionais			
Sem restrição			
Doações recebidas	12	1.232.291	456.026
Doações - Arredondamentos	12	42.151	17.162
Rendimentos financeiros	13	18.738	17.567
Diversas		-	(4)
		<u>1.293.180</u>	<u>490.751</u>
Gratuidades			
Voluntários	22	11.614	617.891
Bens e Serviços	22	1.279.284	693.991
		<u>1.290.898</u>	<u>1.311.882</u>
Total de receitas operacionais		<u>2.584.078</u>	<u>1.802.633</u>
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal	14	(1.175.554)	(1.081.119)
Serviços prestados por terceiros	15	(730.691)	(856.166)
Despesas com viagens	16	(8.447)	(8.698)
Despesas com ocupação	17	(47.152)	(43.456)
Despesas administrativas	18	(28.942)	(25.146)
Despesas com marketing	19	-	(180)
Despesas tributárias	20	(45.094)	(13.732)
Despesas financeiras	21	(8.731)	(4.524)
Depreciação e amortização	6	(4.097)	(3.935)
Outras Despesas		(230)	-
Total de despesas operacionais		<u>(2.048.938)</u>	<u>(2.036.956)</u>
Superávit / Déficit do exercício		<u>535.140</u>	<u>(234.323)</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Instituto Arredondar
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	Patrimônio Social Acumulado	Superávit / (Déficit) Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldos iniciais	263.874	(78.467)	185.407
Transferência	(78.467)	78.467	-
Déficit do Exercício	-	(234.323)	(234.323)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	185.407	(234.323)	(48.916)
Transferência	(234.323)	234.323	-
Superávit do Exercício	-	535.140	535.140
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(48.916)	535.140	486.224

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Instituto Arredondar
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit / Déficit do exercício	535.140	(234.323)
Depreciação e amortização	4.097	3.935
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(66.672)	(11.180)
Outros	7.475	(7.180)
Aumento (redução) nos passivos:		
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9.303	14.351
Obrigações tributárias	(245)	(458)
Fornecedores	(72.228)	53.746
Obrigações com projetos a executar	92.487	34.354
Receita diferida	5.523	-
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	<u>514.880</u>	<u>(146.755)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(5.844)	(2.214)
Baixa Imobilizado	230	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(5.614)</u>	<u>(2.214)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>509.266</u>	<u>(148.969)</u>
Saldo no início do exercício	97.627	246.596
Saldo no final do exercício	606.893	97.627
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>509.266</u>	<u>(148.969)</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Instituto Arredondar
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

1. Contexto Operacional

O Instituto Arredondar ("Instituto") é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos constituída em 14 de julho de 2011, inscrito no CNPJ sob o número 14.416.996/0001-25, e tem por objetivo, entre outros, conforme seu estatuto: promoção e incentivo de projetos e eventos, próprios e/ou de terceiros relacionados às áreas da saúde, desportiva, educacional, cultural, ambiental, assistência social, direitos humanos, inclusão social, proteção à diversidade, no país especialmente por meio da captação de recursos advindos de doações, inclusive exemplificativamente por meio do arredondamento de valores em contas diversas ou folhas de pagamentos a serem feitos por pessoas físicas ou jurídicas, recursos esses a serem utilizados para o desenvolvimento de projetos próprios ou de terceiros.

O Instituto possui o seguinte certificado:

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): Por meio do processo MJ nº 08071.026358/2014-44, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, conforme Despacho da Diretora, de 10 de novembro de 2014, publicado no Diário Oficial de 18 de Novembro de 2014 (conforme delegação da Portaria SNJ nº 28, de 10 de setembro de 2008).

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para os períodos apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 08 de agosto de 2017.

2.1 Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto, findas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração

do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Instituto é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as receitas provenientes com gratuidades recebidas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Principais práticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

Contas a Receber: O Instituto reconhece as contas a receber inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto reconhece os valores a receber nas datas em que foram originados através de arrecadação de doações, por meio de parcerias com lojas e redes comerciais.

Tal sistema visa oferecer aos clientes dos Parceiros a oportunidade de realizar doações para o Instituto quando do pagamento de suas compras por quaisquer meios (cartões de crédito, cheques, cartões de débito e dinheiro em espécie) ou ainda por meio de doações diretas.

Conforme contratos, o Instituto reconhece como receita até 10% dos valores arrecadados com arredondamentos para cobrir os custos administrativos próprios e sua manutenção.

Passivos Financeiros ao Custo Amortizado: Os passivos financeiros ao custo amortizado são: fornecedores e contar a pagar. Eles são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa: São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos: Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos apresentados.

b. Apuração do superávit/déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados

O reconhecimento das receitas e despesas: é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Receitas e despesas de recursos vinculados: compreendem aos valores recebidos pelo Instituto e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Tais recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores são registrados da seguinte forma:

Recebimento dos recursos: Quando ocorrem os recebimentos destes recursos são reconhecidos o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante.

Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos com estes recursos, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo a contrapartida no passivo circulante, e o reconhecimento da receita é registrado a débito do passivo de projetos a executar e contrapartida no resultado do exercício em contas de receitas próprias, simultaneamente e pelo mesmo valor.

Outras receitas: Quando ocorrem os recebimentos de outras receitas vinculadas a estes instrumentos, são reconhecidos o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante.

Doações: O Instituto registra as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas através de comprovantes de cobrança, avisos bancários, recibos e outros, na data da realização.

Receitas Financeiras: os rendimentos estão apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de rendimentos de aplicação financeira no resultado.

Gratuidade: benefício concedido por terceiros como gratuidade por meio da prestação de serviços, o qual é reconhecido pelo valor efetivamente praticado.

c. Imobilizado e intangível

Reconhecimento e mensuração: Itens do ativo imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação e amortização acumulada e perda de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessário.

Depreciação e Amortização: A depreciação e a amortização são calculadas sobre o valor do custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>
maquinas e equipamentos	10%
móveis e utensílios	10%
equipamentos de informática	20%
softwares	20%

Os métodos de depreciação e amortização, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração do Instituto revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para "Redução ao valor recuperável", ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

f. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

O Instituto não é parte em processos cíveis, trabalhistas e/ou tributários.

h. Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração do Instituto apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

i. Gerenciamento de risco

Em decorrência de suas atividades, o Instituto assume riscos inerentes às suas operações relacionadas com o mercado basicamente por aplicações financeiras, atendimento a legislação e sistema operacional e de gestão.

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados. Os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto, principalmente operacionais.

O Instituto efetua o gerenciamento de risco, por meio de sua diretoria, que utiliza instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>
CAIXA GERAL	80	221
BANCOS CONTA MOVIMENTO REC. LIVRES	563	20.442
APLICAÇÕES FINANCEIRAS REC. LIVRES	606.250	76.964
	<u>606.893</u>	<u>97.627</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Instituto possuía aplicações financeiras em fundos de investimento financeiro e certificados de depósitos bancários, todos com liquidez imediata, cujos montantes atualizados refletem o valor de realização dos mesmos naquela data. As modalidades de aplicações contratadas são consideradas conservadoras e de baixo risco, uma vez que o Instituto opera somente com Instituições consideradas de 1ª linha.

5. Contas a Receber

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ARREDONDAMENTOS A RECEBER	107.229	40.557
	<u>107.229</u>	<u>40.557</u>

6. Ativo Imobilizado e Intangível

Descrição	Tx.Depr. Anual	2016		
		Custo	Depr.Acum.	Líquido
Imobilizado				
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10%	1.400	12	1.388
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10%	24.907	10.966	13.941
EQUIPAMENTOS PROC DE DADOS	20%	9.636	4.062	5.574
		<u>35.943</u>	<u>15.040</u>	<u>20.903</u>
Intangível				
SOFTWARES	20%	1.818	947	871
MARCAS E PATENTES		2.211		2.211
		<u>4.029</u>	<u>947</u>	<u>3.082</u>

Descrição	2015	2016		
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Imobilizado				
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	1.400	-	1.400
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	24.676	600	(369)	24.907
EQUIPAMENTOS PROC DE DADOS	6.036	3.600	-	9.636
Depreciação				
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	-	(12)	(12)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(8.632)	-	(2.335)	(10.967)
EQUIPAMENTOS PROC DE DADOS	(2.795)	-	(1.267)	(4.062)
	<u>19.285</u>	<u>5.600</u>	<u>(3.982)</u>	<u>20.903</u>
Intangível				
SOFTWARES	1.573	245	-	1.818
MARCAS E PATENTES	2.211	-	-	2.211
Amortização				
SOFTWARES	(602)	-	(345)	(947)
	<u>3.182</u>	<u>245</u>	<u>(345)</u>	<u>3.082</u>

7. Fornecedores

Descrição	2016	2015
HONORÁRIOS ADVOCATICIOS	-	74.584
ALUGUEIS A PAGAR	2.905	3.488
OUTROS	2.995	2.532
SEGUROS A PAGAR	2.477	-
	<u>8.377</u>	<u>80.604</u>

Representa valores a pagar a diversos fornecedores de materiais e prestadores de serviços.

8. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Descrição	2016	2015
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	49.974	43.669
INSS A RECOLHER	10.921	8.664
FGTS A RECOLHER	3.620	2.961
PIS A RECOLHER	452	370
	<u>64.967</u>	<u>55.664</u>

9. Obrigações tributárias

Descrição	2016	2015
IRRF A RECOLHER	4.581	3.625
Pis/Cofins/CSLL A RECOLHER	-	1.455
COFINS A RECOLHER	286	33
ISS A RECOLHER	10	9
	<u>4.877</u>	<u>5.122</u>

10. Projetos a Executar

Refere-se aos arredondamentos arrecadados a serem repassados a organizações sociais selecionadas e com suas atividades alinhadas aos "Objetivos do Milênio" da ONU.

Descrição	2016	2015
SALDO INICIAL	79.258	44.904
ARREDONDAMENTOS	421.507	165.516
(-) DISTRIBUICAO	(286.869)	(114.000)
(-) CUSTOS ARREDONDAR	(42.151)	(17.162)
	<u>171.745</u>	<u>79.258</u>

11. Patrimônio Social

O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação do Instituto, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra instituição, conforme previsto em seu estatuto social.

12. Receitas Operacionais - Doações

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
DOAÇÕES PESSOA FÍSICAS	451.863	435.326
DOAÇÕES PESSOA JURÍDICAS	780.351	20.700
DOAÇÕES BENS IMOBILIZADO	77	-
DOAÇÕES PESSOA FÍSICAS - ARREDONDAMENTOS	42.151	16.748
DOAÇÕES PESSOA JURÍDICAS - ARREDONDAMENTOS	-	414
	<u>1.274.441</u>	<u>473.188</u>

13. Receitas Operacionais - Financeiras

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	18.738	17.567
	<u>18.738</u>	<u>17.567</u>

14. Despesas com pessoal

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
VOLUNTARIADO (Nota 22)	680.229	617.891
SALÁRIOS E ORDENADOS	263.241	249.960
INSS	82.647	77.913
FÉRIAS	37.457	31.560
ASSIST. MÉDICA E MEDICINA DO TRABALHO	31.051	25.044
FGTS	25.622	25.000
13º SALÁRIO	24.919	22.282
VALE REFEIÇÃO / REFEITÓRIO	20.105	20.035
AUTÔNOMOS	4.879	5.917
PIS	3.203	2.993
VALE TRANSPORTE	1.092	101
AVISO PRÉVIO E INDENIZAÇÕES	974	2.423
OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	135	-
	<u>1.175.554</u>	<u>1.081.119</u>

15. Serviços prestados por terceiros

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
COMUNICAÇÃO	375.763	427.583
TECNOLOGIA	143.496	209.744
AUDITORIA	67.354	63.368
JURIDICO	50.000	112.111
CONSULTORIA	24.236	-
CURSOS E TREINAMENTOS	20.000	-
PROGRAMAÇÃO	18.300	24.360
CONTABILIDADE	17.706	16.109
ASSESSORIA DE IMPRENSA	12.317	1.430
OUTROS	1.519	1.461
	<u>730.691</u>	<u>856.166</u>

16. Despesas com viagens

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PASSAGENS	6.059	7.033
CONDUÇÃO	1.158	1.306
ALIMENTAÇÃO	314	226
OUTRAS DESPESAS COM VIAGENS	916	133
	<u>8.447</u>	<u>8.698</u>

17. Despesas com ocupação

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ALUGUEL	35.221	33.201
CONDOMINIO	9.195	7.519
ENERGIA ELETRICA	1.323	1.184
SEGURO DE IMOVEIS	529	675
OUTRAS DESPESAS COM OCUPAÇÃO	456	-
MATERIAL DE LIMPEZA	376	354
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO	52	523
	<u>47.152</u>	<u>43.456</u>

18. Despesas gerais e administrativas

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CONDUÇÃO	10.067	7.808
TELEFONE E INTERNET	5.032	3.918
SEGUROS ADMINISTRATIVOS	4.953	5.055
OUTRAS	2.494	1.143
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2.459	3.277
VEÍCULOS	1.513	483
COPA E COZINHA	1.130	1.259
LANCHES E REFEIÇÕES	650	422
CARTÓRIO	394	247
CORREIOS E MALOTES	250	1.534
	<u>28.942</u>	<u>25.146</u>

19. Despesas com marketing

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
MARKETING	-	180
	<u>-</u>	<u>180</u>

20. Despesas tributárias

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ITCMD	40.646	2.400
IPTU	2.899	2.636
COFINS	727	-
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL	679	577
TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO	143	130
CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA	-	7.360
OUTROS IMPOSTOS E TAXAS	-	629
	<u>45.094</u>	<u>13.732</u>

21. Despesas financeiras

Descrição	2016	2015
DESPESAS BANCÁRIAS	5.491	4.261
IOF	2.833	40
IRRF SOBRE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	245	180
JUROS E MULTAS PASSIVAS	118	43
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	43	-
	<u>8.731</u>	<u>4.524</u>

22. Gratuidade recebida

Descrição	2016	2015
VOLUNTARIADO (*)	680.229	617.891
COMUNICAÇÃO	319.967	420.879
TECNOLOGIA	143.496	209.744
AUDITORIA	67.354	63.368
JURÍDICO	50.000	-
CONSULTORIA	9.852	-
CURSOS E TREINAMENTOS	20.000	-
	<u>1.290.898</u>	<u>1.311.882</u>

* Os trabalhos voluntários identificados pela administração como tendo sido prestados nos exercícios de 2016 e de 2015, estão principalmente relacionados ao Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria.

23. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e não possuía quaisquer transações como interveniente garantidora.

24. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, o Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

- IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)

Conforme artigo 150 da Constituição Federal, o Instituto é imune ao IRPJ e, pelo artigo 195, isento de contribuições (CSLL e COFINS).

Ressalta-se que especificamente para as receitas advindas de aplicações financeiras, o Instituto recolhe COFINS, com base no Decreto 8.426/15; e em relação ao PIS (Programa de Integração Social), possui a especificidade de recolhimento de 1% sobre a folha de pagamentos, conforme IN 247/2002.

25. Seguros

É política da Entidade manter coberturas de seguros efetuadas junto à ACE Seguradora S/A, referente à Responsabilidade Civil dos Administradores, e Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, referente aos bens do ativo imobilizado e sua sede administrativa. Os limites de cobertura são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

26. Partes relacionadas

O Instituto Arredondar é administrado pelo o Sr. Ari Weinfeld, Associados Fundador, Presidente do Conselho Deliberativo e Diretor Presidente. As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração incluindo o Conselho Deliberativo, um Diretor Executivo e dez Conselheiros não obtiveram remuneração no exercício de 2016, sendo reconhecidos como gratuidades.

b. Saldo do fim do exercício, decorrentes de doações e gratuidades

Nome	CPF / Passaporte	2016		2015	
		Conselho Deliberativo	Diretoria Executiva	Conselho Deliberativo	Diretoria Executiva
Doações de Partes Relacionadas (Nota 12)					
Ari Weinfeld	028.298.638-36	-	83.800	-	50.000
Teresa Cristina R. R. Botelho Bracher	073.246.628-89	142.000	-	50.000	-
		<u>142.000</u>	<u>83.800</u>	<u>50.000</u>	<u>50.000</u>
Gratuidades por partes relacionadas (Nota 22)					
Ari Weinfeld	028.298.638-36	6.802	607.401	6.111	561.600
Adolfo Bobrow	031.185.718-37	6.802	-	6.111	-
Teresa Cristina R. R. Botelho Bracher	073.246.628-89	6.802	-	6.111	-
Luis Mario Bilenky	013.057.168-76	6.802	-	6.111	-
Sergio Kulikovsky	151.566.838-00	6.802	-	6.111	-
Fabio Venosa Kaufmann	153.882.968-14	6.802	-	6.111	-
Ricardo Glass	256.402.568-42	6.802	-	6.111	-
José Leopoldo de Abreu Figueiredo	003.781.738-80	6.802	-	6.111	-
Nércio José Monteiro Fernandes	022.256.918-27	6.802	-	6.112	-
Maritta Rosmarie Margarete Koch-Weser	CCIKY69PW	-	-	-	-
		<u>61.215</u>	<u>607.401</u>	<u>55.000</u>	<u>561.600</u>

* * *